

Tendências, Debates & Reflexões:

ENEM – EQUÍVOCO DESASTROSO OFICIALMENTE COMETIDO E LAMENTAVELMENTE REPRODUZIDO

Ricardo Gauche¹

Nos últimos anos, recorrentemente, divulgam-se, desastrosamente, os supostos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), trazendo danos profundos e irreparáveis às escolas de todo o país. Ratificando um discurso oficial, travestido de autoridade estatisticamente fundamentada, a imprensa acaba, também recorrentemente, por reproduzi-los de modo absolutamente equivocado e igualmente desastroso.

O equívoco que redundava em desastres anuais refere-se basicamente a uma incongruência estrutural do Exame, contida entre os objetivos preconizados por meio da Portaria n. 109, de 27 de maio de 2009. Trata-se do item VI, que explicita ser mais um dos objetivos do Enem o de “promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global”. A questão elementar é: como um exame **individual e voluntário** pode ser utilizado para avaliar o “desempenho acadêmico” de uma instituição escolar? A resposta é simples: **NÃO PODE**, não deveria ser divulgado um “resultado global”, por ser resultado individual e voluntário! E por que é desastroso? Por que expõe escolas e professores a vexatórias “análises comparativas”, que não se sustentam, a não ser na ignorância de quem desconhece o que sejam avaliação institucional, de sistema, entre outras, e até a própria avaliação de sala de aula, quando a elas comparada. O mais lamentável é ver uma Instituição do porte do Inep, associada ao Ministério que deveria ter competência indiscutível nesse âmbito, cometer erro tão elementar e injustificável, a considerar a *expertise* indiscutível dela esperada.

Entre as dimensões da avaliação educacional, para além da sala de aula, podemos apontar: a **avaliação institucional**, que possibilita analisar a própria instituição, no que se refere à indicação de sua efetividade no cumprimento da função social a ela atribuída; a **avaliação de programas**, cujo foco são os objetivos e as estratégias atinentes ao programa avaliado, que tem o fim de corrigir ou de aperfeiçoar aspectos identificados em um sistema de ensino; a **avaliação de currículo**, que visa analisar o valor psicossocial do que é proposto, e estudar a efetividade dos processos relativos à sua implementação; e a **avaliação de sistemas**, por meio da qual sistemas de ensino podem ser analisados, com vistas a gerar subsídios para políticas públicas na área educacional – é o caso do SAEB, da Prova Brasil e do Pisa. O Enem não se enquadra em nenhuma dessas dimensões, pela natureza mesma de sua concepção e execução, a despeito da distorção introduzida por meio do item VI supracitado.

¹ Divisão de Ensino de Química – DEQ-IQ/Universidade de Brasília; Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências – PPGEC/UnB; Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências – PPGEduc/UnB; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Avaliação no Ensino de Ciências – NAvEC/UnB.

É nefasta a iniciativa do Ministério da Educação em divulgar, anualmente, um resultado que supostamente se refere a escolas, que gera um “*ranking*” enganoso de escolas, como se fosse possível comparar projetos pedagógicos e instituições escolares, utilizando unicamente o desempenho individual de estudantes que se dispuseram voluntariamente a participar do Enem. O mais lamentável é constatar que o suposto *ranking* é sempre “respaldado” por muitos considerados especialistas da Academia, que acabam por ratificar mitos preconceituosos que têm interesse claro para um segmento do “mercado educacional”. Lamentável como a irresponsabilidade oficial destrói de modo irreversível a crença e a mobilização de professores comprometidos em prol de outros segmentos, os historicamente excluídos *a priori*. Ao não contestar o poder classificatório-institucional do Enem, tais especialistas validam “cientificamente” o que não tem qualquer validação científico-estatística, sob qualquer ponto de vista teórico. Ao não distinguir a diferença entre avaliação de sistema, avaliação institucional e avaliação individual, caso do Enem, “oficializam” o equívoco, repetido ano a ano.

Importante destacar o paradoxo instalado. No momento da divulgação dos resultados, com indiscutível construção de um “*ranking*” predatório de escolas, porque predatório de projetos e sonhos associados à reconstrução da autoestima discente e também da docente, alerta-se contraditoriamente para a interpretação dos próprios resultados divulgados. Felizmente, mesmo que inocuamente, ao divulgar os resultados do Enem 2011, o Ministro da Educação da época fez questão de alertar a todos: “O Enem **não é um ranking** de avaliação entre escolas, é uma **avaliação dos alunos, dos estudantes. É insuficiente como avaliação do estabelecimento escolar**”². O título devastador da matéria publicada naquela época, entre dezenas de outros, dos mais diferentes meios de comunicação do país, “*MEC divulga resultado do Enem 2011 por escolas; entre as 100 mais bem colocadas 10 são públicas*”, remete à seguinte narrativa: “Entre as 100 escolas mais bem colocadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2011, dez são públicas: duas estaduais e oito federais. As notas por instituição foram divulgadas hoje [...] pelo ministro da Educação”. Lamentável constatar, também, que, recorrentemente, a imprensa neófito ratifica um mito de interesses escusos, ressaltando, pejorativamente, o suposto desempenho das escolas públicas do país, ressaltando a suposta superioridade do privado em relação ao público.

Voltando ao modo de divulgação dos resultados estritamente individuais, como se institucionais fossem, “notas por instituição” significa, para a quase totalidade dos que leram/ouviram a notícia, obviamente, “notas das instituições”, em completo descompasso com o próprio alerta procedente, contraditório e inócuo do então Ministro, que, apesar de não ter qualquer formação/competência técnica na área, demonstrou destacado bom senso, diferentemente do que o demonstrado pelos que o antecederam

² Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-22/mec-divulga-resultado-do-enem-2011-por-escolas-entre-100-mais-bem-colocadas-10-sao-publicas>>.

nas lamentáveis divulgações anuais dos resultados do Enem. E também por aqueles que os o sucederam. Foi o que vimos em nos últimos anos...

Na divulgação lamentável e improcedente de 2015³, por exemplo, constata-se o desconhecimento inaceitável por parte das autoridades competentes. O Ministro da Educação afirmou, segundo a matéria, que “uma escola com alunos mais pobres vai ter uma nota inferior, mas essa escola pode fazer um trabalho educativo importante porque ela pode melhorar mais este aluno”. Nada mais preconceituosamente generalizante e coerente com interesses que não deveriam ser os de uma autoridade com tal posição no Governo Federal, a despeito das desigualdades estruturais que geram condições desfavoráveis de partida, mas jamais “determinantes” dessa ordem. Lamentável e internamente contraditório! De outro lado, o Presidente do Inep, também segundo a matéria, afirmou – parecendo tentar dar consistência a algo originariamente inconsistente, porque inadequado estatisticamente – que “as escolas de Ensino Médio brasileiras formam um conjunto muito heterogêneo, principalmente em relação às características socioeconômicas de seus estudantes e esses fatores precisam ser levados em consideração”. E destacou ainda, sobre a consideração da permanência integral ou parcial dos alunos que participaram do Exame nas escolas supostamente avaliadas, que “essa informação é importante para que a sociedade conheça quais são as escolas que realmente ajudam seus alunos a melhorarem, que oferecem educação de qualidade durante todo o Ensino Médio, e quais são aquelas que, simplesmente, selecionam alguns para cursarem apenas o 3.º ano”. Profundamente paradoxal e de causar indignação mais essa tentativa de dar um *status* científico-estatístico a uma avaliação que não apresenta os requisitos elementares para o que se propõe a fazer e que é divulgada com cerimônia propagada de modo a resultar em danos irreversíveis para as escolas do país, em especial as públicas. Até quando se propagará um desejo de valorizar a escola, os professores, enfim, a Educação, neste país, cometendo desatinos dessa ordem, especialmente por meio de quem deveria zelar, institucionalmente, para que tal desejo fosse devidamente alcançado?...

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/08/media-das-escolas-pelo-enem-2014-melhorou-em-tres-areas-do-conhecimento>>.